

LIMA, Fernando Henrique de Almeida\*  
<https://orcid.org/0000-0003-0735-359X>

**RESUMO:** Os relatos europeus de viagem constituem uma das mais clássicas tipologias de fontes para a historiografia, destacando-se também em trabalhos de sociologia, antropologia e economia. Neste artigo, pretendemos delinear as principais abordagens aos relatos de viajantes, demarcando, em particular, as contribuições recentes da historiografia africanista. Assim, foi possível observar que, até a década de 1970, os viajantes, considerados testemunhas oculares, tiveram seus registros tomados sem grandes cuidados metodológicos. Encarados como testemunhos privilegiados e objetivos, foram recorrentemente utilizados para obter informações do cotidiano e dos mais variados aspectos das sociedades que registraram, como relações sociais, práticas culturais e demografia. Entretanto, a partir da década de 1970, aportes teórico-metodológicos específicos têm sido desenvolvidos, buscando analisar os relatos europeus de modo crítico, levando em conta filtros culturais dos viajantes, sua subjetividade e convenções literárias na composição dos textos. Mais recentemente, historiadores do campo da história da África têm mobilizado os relatos de viagem como fontes centrais de suas pesquisas, aliando a crítica do discurso colonial à análise das agências africanas no contexto da expansão imperialista europeia no continente africano, a partir do final do século XIX.

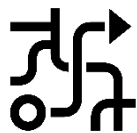
**PALAVRAS-CHAVE:** relatos de viagem; viajantes europeus; fontes historiográficas.

**ABSTRACT:** European travel accounts constitute one of the most classical types of sources for historiography, also standing out in works in sociology, anthropology and economics. In this article, we intend to outline the main approaches to travellers' accounts, highlighting, in particular, the recent contributions of Africanist historiography. Thus, it was possible to observe that, until the 1970s, travelers, considered eyewitnesses, had their writings taken without great methodological care. Viewed as privileged and objective testimonies, they were recurrently used to obtain information on daily life and on the most varied aspects of the societies they wrote about, such as social relations, cultural practices and demography. However, from the 1970s onwards, specific theoretical-methodological contributions have been developed, seeking to critically analyze European travel accounts, taking into account the travelers' cultural filters, their subjectivity and literary conventions in the composition of the texts. More recently, historians in the field of African history have mobilized travel accounts as central sources of their research, combining the critique of the colonial discourse with the analysis of African agencies in the context of European imperialist expansion on the African continent, in the end of the XIX century.

**KEYWORDS:** travel accounts; travelers; historiographical sources.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF, 2021). Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Tem como principais interesses as relações entre africanos e portugueses no final do século XIX, através das narrativas de viagem sobre a África Central.



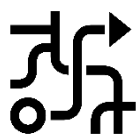
## INTRODUÇÃO

Os relatos de viagem podem ser considerados uma das tipologias de fontes mais clássicas na historiografia. Sua mobilização frequente pode ser observada não só na produção dos historiadores, mas também em estudos de sociologia, antropologia e economia. As amplas possibilidades de pesquisa a partir destas fontes podem ser explicadas pela heterogeneidade que as caracteriza. Tal caráter heterogêneo se observa tanto em relação às diferentes linguagens que as compõem – verbal, iconográfica e cartográfica – quanto ao conteúdo e forma do texto, uma vez que absorvem e integram elementos de gêneros textuais distintos – como o romance de aventuras, a etnografia, a historiografia e a descrição geográfica.

Assim como são muitas as possibilidades de pesquisa a partir de relatos de viajantes, diferentes abordagens metodológicas caracterizaram sua mobilização como fonte ao longo do tempo. Se, a princípio, os relatos de viajantes foram considerados testemunhos privilegiados pelo status que lhes era conferido de testemunhas oculares, nas últimas décadas foram desenvolvidos aparatos teórico-metodológicos que permitiram leituras mais críticas destas fontes, levando em consideração suas especificidades, limites e possibilidades. Por outro lado, o reconhecimento dos limites dos relatos como fontes historiográficas – sobretudo em relação aos filtros culturais dos viajantes e ao discurso eurocêntrico que os estrutura – levou a que, por vezes, estes documentos fossem considerados deficitários e, no limite, fontes as quais se deveria evitar quando possível. Tendo isto em vista, pretendemos delinear, neste artigo, as principais abordagens aos relatos de viajantes, demarcando, em particular, as contribuições recentes da historiografia africanista.

## RELATOS DE VIAGEM: DO TESTEMUNHO OCULAR A PRODUTO DA INTERAÇÃO

Até a década de 1970, segundo Miriam Leite, os relatos de viagem eram mobilizados como forma de obter informações diretas sobre dada realidade histórica, sem maiores preocupações metodológicas (LEITE, M. 1997, p. 9). Valorizava-se o enunciado do viajante em virtude de sua posição enquanto testemunha ocular, o que lhe garantiria maior confiabilidade. No caso específico da historiografia sobre o continente africano, Gérard Chouin também identificou, nos estudos anteriores à



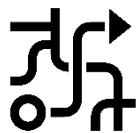
década de 1980, a ausência de esforço crítico nos usos de relatos de viajantes (CHOUIN, 2005).

Autores hoje considerados clássicos das ciências sociais brasileiras fizeram largo uso deste tipo de fontes, tais como Gilberto Freyre, Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda. De acordo com Stella Franco, estes autores recorriam a numerosos registros de viajantes para analisar aspectos tão variados quanto demografia, relações sociais, práticas culturais e hábitos cotidianos (FRANCO, 2011). Miriam Leite considerou que este uso pouco crítico dos relatos de viajantes levou a historiografia brasileira a reproduzir por longo tempo estereótipos como “a brandura do trabalho escravo no Brasil, a escravidão como instituição civilizadora, a hospitalidade e a indolência do brasileiro” (LEITE, M., 1997, p. 22), entre outros.

Como bem observou Romain Bertrand, outra abordagem bastante comum, e talvez até mais antiga, é a de uma história essencialmente “acontecimental” dos “exploradores do Ocidente europeu” e seus “grandes descobrimentos” empreendidos por “visionários solitários”, sem qualquer participação nativa. Essa perspectiva de análise também toma a narrativa do viajante sem maiores problematizações, limitando-se a relatá-la (BERTRAND, 2014; BERTRAND, 2015). Assim, durante muito tempo o foco principal esteve sobre a figura do viajante, seu percurso e sua trajetória individual, em uma narrativa quase heroica de seus “feitos” e “descobertas”.

Nas últimas décadas, esta perspectiva tem sido criticada e a objetividade antes conferida às narrativas de viajantes foi posta em xeque. Levantou-se a necessidade de desenvolver aportes metodológicos específicos que possibilitassem análises críticas de relatos de viagem (FRANCO, 2011, p. 71). Dessa forma, houve um distanciamento do tratamento das narrativas de viajantes como repositórios neutros de informação. Esta abordagem renovada se preocupou com o lugar de enunciação do viajante, apontando para a necessidade de investigar suas experiências sociais, seus interesses e relações com o objeto de suas descrições. Outra mudança significativa é o lugar que os relatos de viagem passaram a ocupar nas pesquisas, como observou Stella Franco:

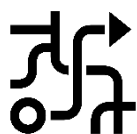
é possível identificar o esforço crescente dos pesquisadores em desenvolver trabalhos a partir de um enfoque, muitas vezes, quase que exclusivo sobre os viajantes e seus relatos. Estes deixaram de ser considerados apenas fontes para, em muitos casos, se transformarem em objetos das pesquisas (FRANCO, 2011, p. 71-72).



Esta mudança pode ser relacionada ao que Peter Burke identificou como uma ascensão do interesse por temas relativos à cultura entre as décadas de 1960 e 1990 entre historiadores, mas também entre profissionais de outras disciplinas, como geógrafos, economistas, psicólogos e cientistas políticos (BURKE, 2005). Essa expansão dos estudos sobre cultura esteve relacionada a uma aproximação com a antropologia, a partir da qual os historiadores se apropriaram do debate sobre o conceito de cultura desenvolvido por antropólogos como Bronislaw Malinowski e Clifford Geertz.

Como observou Burke, “cultura” geralmente se referia, até as primeiras décadas do século XX, às artes e às ciências, ou ao que se chamou de “alta cultura”, e foi neste sentido que se desenvolveram os trabalhos da tradição clássica da história cultural, como os de Burckhardt e Huizinga (BURKE, 2005, p. 16-19). Posteriormente, os historiadores absorveram a noção ampliada de cultura desenvolvida por antropólogos como Malinowski, que havia concebido a cultura como “heranças de artefatos, bens, processos técnicos, idéias, hábitos e valores” (MALINOWSKI apud BURKE, 2005, p. 43), e assim passaram a falar em culturas no plural, isto é, a cultura deixou de ser tomada como algo que algumas sociedades têm e outras não. Na década de 1970, Clifford Geertz propôs sua teoria de cultura como dimensão simbólica, constituindo “um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes acerca da vida” (GEERTZ apud BURKE, 2005, p. 52). Tomando como referências as contribuições destes antropólogos – notadamente de Geertz, mas também de outros, como o já citado Malinowski, além de Evans-Pritchard, Mary Douglas, Victor Turner, Lévi-Strauss e outros – consolidou-se entre as décadas de 1960 e 1990 a abordagem denominada antropologia histórica (BURKE, 2005, p. 48-60).

Essa virada antropológica também mudou significativamente a abordagem de relatos de viagem como fontes historiográficas. A partir de então, os estudos passaram a criticar a utilização deste tipo de fonte como um registro neutro sobre uma dada realidade, levantando novas problemáticas. Estes estudos procuraram demonstrar em que medida o choque cultural se refletia nas narrativas dos viajantes, enfatizando-se a ideia de esquema ou estrutura mental que moldaria previamente suas atitudes

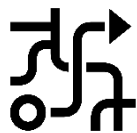


(BURKE, 2000, p. 249). Neste sentido, surgiram então estudos sobre o “olhar” dos viajantes – uma expressão que a partir de então apareceria em vários trabalhos. Esta nova abordagem colocava a questão de que a percepção de viajantes sobre as sociedades que descreveram em seus relatos era orientada pelos filtros de sua própria cultura, os quais geravam distorções. Tais distorções foram expressas nos vários estereótipos presentes nos relatos e na forma quase sempre depreciativa com que os viajantes descreveram práticas culturais que lhes eram estranhas.

A abordagem a partir do “olhar” do viajante, ou seja, a partir do seu lugar de enunciação, também trouxe a preocupação de diversificar as narrativas, fazendo emergir pesquisas dedicadas a relatos escritos por mulheres e por viajantes de diferentes procedências. Contribuíram significativamente para este processo os estudos feministas e os estudos pós-coloniais, ao apontar a necessidade de recuperar outros “olhares”, para além do padrão de viajante homem e europeu (FRANCO, 2011, p. 74-75).

O surgimento dos estudos pós-coloniais, a partir de finais da década de 1970, levantou a crítica ao discurso colonial e a tentativa de sua desconstrução, o que também impactou de forma significativa os estudos sobre os relatos de viagem. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, livro de Edward Said publicado em 1978, é considerado uma das obras inaugurais do que mais tarde se chamou de estudos pós-coloniais (BARBOSA, 2010, p. 58). Nesta obra, Said argumentou que a distinção ontológica entre Ocidente e Oriente, tão comumente naturalizada, foi inventada por uma longa tradição a qual o autor denominou de Orientalismo. Mobilizando a noção de discurso de Foucault, Said argumentou que o Orientalismo se constituiu como um sistema de conhecimento autorreferenciado que pretendeu definir o Oriente e torná-lo um objeto de conhecimento, de forma que a Europa pudesse lidar com ele, dominá-lo e ter autoridade sobre ele. Esse sistema de conhecimento foi produzido não só pelas ciências em emergência como a etnologia e a filologia, mas também pela vasta literatura produzida por escritores e viajantes (SAID, 1990, p. 50).

Um dos corolários da enorme repercussão do livro de Said foi a subsequente onda de novos trabalhos sobre “representações do Outro” na literatura – aí incluídos os relatos de viagem –, nas artes e até mesmo na música (BURKE, 2005, p. 86-87). Enfatizou-se o caráter eurocêntrico presentes nas descrições de viajantes e o quanto

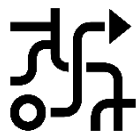


eram determinadas pela noção de predominância da “civilização europeia” sobre todas as demais. Desta forma, os relatos de viagem passaram a ser utilizados como um dos tipos de fontes para a análise do discurso colonial e dos estereótipos eurocêntricos neles expressos, consolidando-os como fontes fundamentais para o estudo de temas relativos à construção de identidade e de alteridade. Assim, a análise se deslocou das informações registradas pelos viajantes, antes consideradas como dados objetivos, para a própria construção da narrativa.

Um dos mais notáveis trabalhos desenvolvidos a partir da trilha aberta por Said foi o livro de Mary Louise Pratt, intitulado “*Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*” (PRATT, 1999). O livro consiste na análise dos relatos de viagem produzidos durante os esforços europeus de explorar regiões do interior dos continentes americano e africano, empreendidos a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo de todo o século seguinte. Nesta obra, Pratt evidencia a conexão entre a produção de relatos de viagem e a expansão política e econômica europeia, argumentando que estes relatos foram responsáveis por produzir aos leitores europeus “o resto do mundo”, contribuindo decisivamente para engajá-los nos projetos imperialistas e construindo uma nova concepção europeia de si mesma. Desde a sua publicação em 1992, o livro se constituiu como um marco nos estudos sobre relatos de viagem por suas contribuições teórico-metodológicas renovadoras e sua análise apurada das fontes. A partir da noção de “zona de contato”, a autora considera os relatos de viagem como frutos das dinâmicas e das tensões do contato entre viajantes e “visitados” – ainda que este contato fosse marcado por relações assimétricas de poder. O conceito de zona de contato é definido pela autora como

espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo (PRATT, 1999, p. 27).

Conforme observou a própria autora, este conceito é muito semelhante à ideia de “fronteira colonial”. Entretanto, enquanto a noção de fronteira está atrelada a uma perspectiva expansionista europeia e evoca a ideia de separação, “zona de contato” busca enfatizar o encontro entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, neologismo do qual a autora faz uso para destacar a dimensão interativa

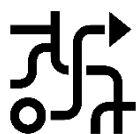


do encontro colonial. A ênfase na ideia de contato realça, portanto, o caráter “interativo e improvisado” do encontro de sujeitos que, antes separados histórica e geograficamente, passam a estabelecer relações contínuas, quase sempre através de formas de dominação (PRATT, 1999, p. 32).

Outro conceito fundamental da obra de Pratt é o de “transculturação”. Cunhado pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz na década de 1940 e introduzido por Angel Rama aos estudos literários nos anos 1970, este conceito nasce da rejeição às ideias de “aculturação” e “desculturação”. De acordo com Pratt, enquanto “aculturação” e “desculturação” tenderam a ser utilizados de modo reducionista para definir o choque de culturas em termos de transferência da metrópole para as colônias, ou dos colonizadores para os colonizados, enfatizando a “perda” de características culturais nesse processo de transferência, o conceito de “transculturação” tem sido usado alternativamente, para descrever como grupos dominados se apropriam de elementos do repertório cultural do grupo dominante e criam a partir deles. Nesta perspectiva, ainda que os grupos dominados não controlem o que emana da cultura dominante, eles selecionam, em diferentes níveis, o que absorvem e no que utilizam (PRATT, 1999, p. 30-31).

Revisitando o conceito de transculturação, Pratt nos convida a compreendê-lo como um fenômeno da “zona de contato”, que opera não só na direção da metrópole para a colônia e do colonizador para o colonizado, mas também na direção inversa. Assim, a autora considera o relato de viagem como um produto da relação entre europeus e não-europeus, produzido a partir da apropriação europeia de conhecimentos nativos. Portanto, para além de um enfoque exclusivo nos viajantes, esta perspectiva aponta para a necessidade de se considerar a interação entre eles e os sujeitos com os quais eles encontraram e se relacionaram na “zona de contato”. Ao enfatizar a experiência da viagem em sua imprevisibilidade e em seu caráter interativo, Pratt aponta para as contradições entre aquilo que os viajantes esperavam ver e as vivências da viagem, contradições que considera recuperáveis em seus textos (PRATT, 2005).

Logo em seguida à publicação do livro de Pratt, o antropólogo Johannes Fabian, em seu livro “*Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa*”, realizou uma crítica minuciosa de um amplo conjunto de relatos de

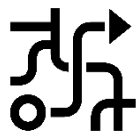


viagem sobre a África Central (FABIAN, 2000). Enquanto Pratt buscou ressaltar a ideia de interação, a análise de Fabian visa questionar o caráter de racionalidade atribuído às expedições de exploração geográfica. Assim, Fabian demonstrou como as viagens de exploração – descritas por seus agentes europeus como empreendimentos científicos e objetivos, ao mesmo tempo em que eram revestidos de um caráter glorioso de aventura e heroísmo – eram atravessadas, ao contrário, por contradições, incoerências e grandes doses de irracionalidade. Como argumentou o autor, ao contrário de sua autoimagem de observadores passivos e distanciados de seus objetos de interesse – isto é, as regiões do continente africano que percorriam e suas populações – os viajantes, no cotidiano das expedições, atuavam sob as tensões e contradições que caracterizavam suas incursões no continente africano. Além disso, em sentido complementar ao trabalho de Pratt – algo que o próprio autor notou, Fabian contribuiu para evidenciar como os relatos de viagem são permeados por distorções e estereótipos eurocêntricos.

### **CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA AFRICANISTA: EVIDENCIANDO INTERAÇÕES E AGÊNCIAS**

No campo da história da África, contribuições teórico-metodológicas importantes têm sido feitas desde a década de 1980. Em eventos, livros e publicações periódicas, tais como a *History in Africa* e a alemã *Paideuma*, historiadores africanistas discutiram aspectos importantes desta tipologia de fontes. Dentre as questões levantadas, debateu-se o caráter dos relatos de viagens como fontes primárias ou secundárias, internas ou externas; sua suposta originalidade e o fenômeno do plágio; as implicações dos textos narrativos e não-narrativos, etc. Desta forma, o grupo de historiadores envolvidos nestes debates desenvolveram abordagens que ressaltavam a necessidade de contextualização dos relatos a partir da investigação da biografia e da identidade social dos seus autores, bem como das condições de suas viagens e dos processos editoriais envolvidos na publicação de seus textos. Também se consolidou como uma das principais abordagens os procedimentos de comparação sincrônica e diacrônica com outros relatos ou outras fontes disponíveis, que possibilitariam a identificação de redes de transmissão de informações, bem como de





exageros, erros e invenções<sup>1</sup>. Assim, as contribuições deste grupo de historiadores e o aparato crítico que desenvolveram suscitaram uma transformação sobre a percepção acerca destas fontes (CHOUIN, 2005).

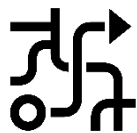
Dentre este grupo de historiadores, destacamos a historiadora alemã Beatrix Heintze, autora de uma vasta produção sobre a região da África Central. A partir de uma perspectiva de história social, Heintze tem buscado, em diferentes trabalhos (HEINTZE, 2004; 2011), alargar a compreensão sobre africanos que interagiram com viajantes europeus, particularmente aqueles que percorreram regiões de Angola. Utilizando como fontes principais as obras do explorador português Henrique de Carvalho, mas também de diversos viajantes alemães, a autora demonstrou que as expedições europeias à África, embora afirmassem descobrir caminhos e regiões desconhecidas, na verdade se valiam de rotas das complexas redes comerciais africanas de longa distância, muito bem conhecidas e percorridas pelos nativos (HEINTZE, 2004).

A autora evidenciou a atuação de intermediários que designa, seguindo a Joseph Miller, por “luso-africanos”, isto é, “membros de uma cultura mista portuguesa e africana” (HEINTZE, 2011, p. 22. tradução nossa). A experiência destes sujeitos em viagens pelas rotas comerciais os tornava detentores de conhecimentos e informações imprescindíveis aos viajantes europeus, que por isso os contratavam. Considerando-os como “tradutores’ transculturais”, Heintze apontou que grande parte das informações sobre o continente africano disponíveis em relatos europeus provinha do engajamento com estes sujeitos (HEINTZE, 2011, p. 20).

Apesar destas contribuições e das abordagens críticas desenvolvidas, a pertinência do uso dos relatos de viagem para o estudo das regiões e sociedades descritas pelos viajantes permanecem sendo questionadas por alguns historiadores. A alegação principal é que os textos dos viajantes, por estarem profundamente marcados pelo eurocentrismo e condicionados pelos filtros culturais de seus autores, não permitiriam nada além do que uma história política, intelectual ou cultural da Europa. Contudo, como contrapôs Luis Nicolau Parés, ao desqualificar estas fontes e

---

<sup>1</sup> É importante salientar, como destacou Luis Nicolau Parés, que estes procedimentos, embora rigorosos, não nos permitem superar a natureza eurocêntrica dos dados. (PARÉS, 2016. p. 25-42).

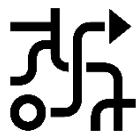


historiografia baseada nelas, corre-se o risco de se desconsiderar um acervo vasto que nos possibilita, quando submetido a uma abordagem crítica, vislumbrar “aspectos parciais do passado africano” (PARÉS, 2016. p. 26). Retomando as considerações de Beatrix Heintze, Robin Law e outros, Parés reafirmou as potencialidades do uso dos relatos de viagem. Assim, em sua obra mais recente (PARÉS, 2016), valendo-se de diversos relatos europeus do período entre 1650 e 1850 e cotejando-os à etnografia contemporânea, o autor pôde delinear práticas religiosas da chamada Costa dos Escravos, na África Ocidental, e suas repercussões e conexões atlânticas.

A historiografia brasileira sobre o continente africano também tem dado contribuições significativas, apresentando abordagens inovadoras em relação aos relatos de viagem. De fato, podemos distinguir uma tendência recente na produção brasileira, na qual relatos de viagens, antes abordados apenas em conjunto e de modo fragmentário, são analisados de modo mais sistemático e integral, de forma a pôr em foco aspectos pouco observados nas análises mais amplas. Neste sentido, podemos destacar os trabalhos de Alexander Gebara, Maria Cristina Cortez Wissenbach e Elaine Ribeiro dos Santos.

Em um de seus trabalhos (WISSENBACH, 2011), Maria Cristina Wissenbach analisou o relato do alemão Georg Tams, que esteve em diversos pontos da costa ocidental africana nos anos de 1841 e 1842. Contextualizando as condições da viagem e da publicação da obra, e cotejando suas informações a partir da historiografia, a autora pôde evidenciar as redes mercantis e sociais articuladas pelos negociantes estabelecidos nas áreas de presença portuguesa da África Centro-Ocidental, a busca destes agentes por alianças com as autoridades africanas e suas estratégias comerciais no contexto de tentativas de contenção do fluxo transatlântico de africanos escravizados. Além disso, a análise apurada do relato de Tams também permitiu à autora ressaltar não só os interesses comerciais europeus e luso-africanos, mas também a ressonância das pressões das sociedades africanas nas transformações que caracterizaram o período.

Por sua vez, o historiador Alexander Gebara analisou os diversos escritos do britânico Richard Francis Burton, evidenciando como o discurso do viajante se constituiu em uma dinâmica relacional entre a Inglaterra e a África Ocidental, e como teve influência significativa para as ações políticas inglesas na região. Nele, Gebara



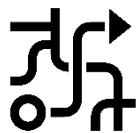
reafirmou a pertinência de relatos de viagens como fontes para o estudo não só do discurso colonial, mas também das diferentes formas de agências e resistências africanas no contexto do encontro colonial. Nesta perspectiva, ecoou a crítica de Patrick Williams e Laura Chrisman, destacando que as análises que se mantiveram concentradas apenas nas maneiras pelas quais os sujeitos “subalternos” foram construídos pelo discurso colonial continuaram a “posicionar a subjetividade colonial/imperial como tendo uma primazia ontológica e epistemológica’, ficando os sujeitos nativos ou subalternos com um papel secundário ou apenas reflexivo” (WILLIAMS; CHRISMAN, 1994 apud GEBARA, 2010. p. 15). Neste sentido, Williams e Chrisman apontaram um caminho:

O que tem sido menos explorado é a extensão na qual o subalterno pode ter jogado um papel constitutivo mais do que um reflexivo no discurso e na subjetividade colonial e imperial doméstica. Ao invés de ser aquele Outro no qual o colonizador projeta uma subjetividade e um conhecimento previamente constituído, resistências políticas, localizações e presenças nativas precisam ser teorizadas mais a fundo como tendo um papel determinante ou principal nos discursos coloniais, e nas versões domésticas destes discursos. Em outras palavras, o movimento pode ter sido tanto da “periferia” para o “centro” quanto do “centro” para a “periferia” (WILLIAMS; CHRISMAN, 1994 apud GEBARA, 2010. p. 16).

Conforme ressaltou Gebara, destacar a dimensão da interação para compreender o discurso colonial não significa ignorar a dimensão da violência e o etnocentrismo que o permeiam. Mas, para além de constatar o processo de violência epistemológica, esta abordagem nos permite trazer à tona histórias de resistência, nas quais os africanos exercem um papel de agência, contribuindo ativamente para a construção do conhecimento antes considerado puramente Ocidental e interferindo na construção da imagem da África e de si mesmos (GEBARA, 2010. p. 16-17).

Em direção semelhante, a historiadora Elaine Ribeiro, em estudo sobre os trabalhadores envolvidos na expedição liderada por Henrique de Carvalho à Lunda, reafirmou a pertinência dos relatos de viagem como fonte historiográfica, “por permitir a busca, além de suas representações, dos papéis históricos de pessoas que, embora com presença ostensiva, foram ao longo do tempo socialmente desvalorizadas [...]” (SANTOS, 2013, p. 40). Como destacou a autora,

[...] o esforço investigativo do discurso de agentes exteriores para tentar entender o espaço de possíveis agências africanas não significa



uma premissa da ausência de opressão, mesmo quando essas agências destacam protagonismos que fazem parecer como uma espécie de facilitação à política colonialista europeia sobre os territórios africanos (SANTOS, 2013, p. 39).

A partir desta perspectiva, Elaine Ribeiro tomou como fontes os relatos de Henrique de Carvalho, analisando o cotidiano de tensões, resistências e negociações dos trabalhadores africanos contratados como carregadores para a expedição liderada pelo militar português à Lunda, entre os anos de 1884 e 1888. Assim, a autora salientou o papel fundamental que estes africanos tiveram para o andamento da expedição – não só por seu trabalho, mas também por seus saberes – e demonstrou como negociaram e resistiram à persistência do trabalho forçado com base em suas próprias noções de direitos e deveres, de trabalho e de liberdade (SANTOS, 2013).

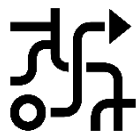
Em estudo ainda mais recente, Gebara estudou os casos de intermediários – termo que abarca sujeitos que, por diversas tarefas, mediam o contato entre europeus e africanos – que atuaram em diversas expedições britânicas pela África Ocidental entre 1825 e 1854 (GEBARA, 2019). Como observou o autor, na maior parte das vezes as informações sobre estes sujeitos aparecem de forma fragmentária nos relatos de viagem e, apesar da sua numerosa presença e dos papéis fundamentais que desempenharam, não foram considerados protagonistas pelos viajantes. Assim,

trata-se metodologicamente de procurar nas entrelinhas dos textos, ou em menções originalmente com objetivos anedóticos e/ou contextuais, as participações destes “intermediários” nas dinâmicas das viagens e, a partir daí, inferir ou esboçar reflexões sobre a sua importância nos empreendimentos (GEBARA, 2019, p. 209).

Nesta perspectiva, analisando a atuação de William “Abubakr” Pasco, Alihéli e Al-Hadge<sup>2</sup> – indivíduos que atuaram como intermediários em expedições britânicas – Gebara pôde demonstrar como estes sujeitos poderiam influenciar a dinâmica das viagens em virtude da busca de seus interesses próprios, através de diferentes estratégias, intervindo para a alteração de percurso, selecionando interlocutores, dentre outras. Assim, Gebara evidenciou a agência destes sujeitos, mesmo em um estreito horizonte de possibilidades que se colocava a partir das novas conjunturas atlântica e africana (GEBARA, 2019).

---

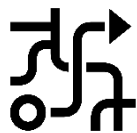
<sup>2</sup> Como nota o autor, Alihéli e Al-Hadge podem ter sido a mesma pessoa, embora as fontes não sejam claras a este respeito. (GEBARA, 2019).



Contudo, se os trabalhos mais recentes ressaltam outras possibilidades de análise a partir de relatos de viagem, eles não ignoram os seus limites. Em artigo de 2008, Sílvio Marcus de Souza Correa sintetizou pontos importantes a este respeito, apontando como o real e o fantástico frequentemente se entrelaçam nos testemunhos dos viajantes. Assim como outros autores já mencionados, Correa destacou as convenções literárias próprias dos relatos de viagem e a inclinação de seus autores a descrever populações africanas em função de aspectos considerados curiosos ou pitorescos (CORREA, 2008). A partir do século XVIII, tornou-se cada vez mais comum que viajantes europeus se empenhassem na tarefa de inventariar, classificar e hierarquizar os povos africanos, descrevendo-os a partir das normas da escrita etnográfica. Assim, era comum que descrevessem homens e mulheres de modo anônimo e despersonalizado, identificando-os apenas como “tipos” de determinada “tribo”, como se suas características físicas e culturais correspondessem às características de todo um grupo, reduzindo-os a “exemplares” de uma determinada população (HEINTZE, 2000. p. 112-113). A partir destes princípios, classificaram e compararam práticas culturais, crenças, formas de organização social e conhecimentos tecnológicos, tendo como referencial a Europa “civilizada”. Outra prática textual recorrente nos relatos de viagem é a descrição atemporal dos povos visitados, considerando os aspectos observados “não como um evento particular no tempo, mas como uma instância de costume ou traço preestabelecido” (PRATT, 1999. p. 119). Também é preciso considerar que os relatos de viagem se inscrevem em uma longa cadeia de transmissão de informações sobre o continente africano, e não raramente viajantes escreveram sobre sociedades que nunca visitaram, tomando informações de outros viajantes que os antecederam ou de seus interlocutores africanos (CORREA, 2008).

Contudo, conforme destacamos, mesmo através de fontes europeias e marcadamente eurocêntricas, a historiografia africanista recente, na qual se inclui e se destaca a produção brasileira, tem buscado trazer à tona experiências históricas de sujeitos quase sempre ignorados, experiências tais praticamente imperscrutáveis através de outras fontes.

Podemos retomar o paralelo que Elaine Ribeiro estabeleceu entre esta perspectiva e os estudos sobre a escravidão no Brasil:



Esta perspectiva teórica e analítica é similar ao movimento realizado, na década de 1980, pela historiografia social da escravidão no Brasil, que retomando o uso de processos criminais – documentação tida até então como própria dos agentes repressores e, portanto, externa aos escravizados – conseguiu comprovar a sua importância para o entendimento tanto do papel dos escravizados como agentes históricos, quanto da dinâmica histórica da escravidão (SANTOS, 2013. p. 40-41).

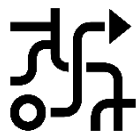
Deste modo, a partir destas contribuições teórico-metodológicas, as quais destacaram a dimensão da interação na produção dos relatos de viagem, consideramos que ao analisar a constituição do discurso colonial – e, mais especificamente, a constituição de narrativas de viagem sobre o continente africano – a partir da dimensão da interação podemos romper com a noção do olhar soberano do viajante. Assim, pode-se dizer que embora se pretenda soberano, o olhar do viajante é por vezes “astigmático” (SANTOS, 2013, p. 158), sofrendo interferências dos sujeitos com os quais ele se relaciona no curso da viagem. Ilka Boaventura Leite, em estudo sobre escravos e libertos em Minas Gerais a partir de relatos de viajantes, já havia destacado o espaço de interferência de informantes locais:

De certo modo, essa ‘interferência’ da comunidade diluía o exclusivismo do pensamento europeu, implodindo o projeto autoral, a versão única, e revelando as várias contradições que, supostamente, ocorriam entre o que o viajante ‘queria’ ver e o que a comunidade ‘queria’ mostrar. O informante interferia com a sua versão, mesmo quando sua resposta era o silêncio ou a não-aceitação do estrangeiro. O viajante também ‘elegia’ o que deveria ser mostrado. Assim se arma o jogo de representações que irá compor as versões sobre os escravos e libertos. O relato, como produto da experiência de viagem, apresenta a tensão que caracteriza o contato, como ele se produz e se reproduz no texto (LEITE, I., 1996, p. 97-98).

Na mesma direção, Heloísa Pires Lima ressaltou que não há unilateralidade na construção das imagens presentes nos relatos de viagem, e é necessário compreendê-las como resultado de um jogo imbricado entre a seleção do viajante e ao que ele se expunha:

A seleção do narrador mostra ao que ele se ateuve como faces de uma África que se impõe ao registro. Todavia, que também se expõe. A perspectiva a considerar está nos indícios de não haver unilateralidade na confecção das imagens levando a supor os encontros, as negociações e as resistências locais (LIMA, 2013, p. 10).

Produzidos a partir do contato, os relatos de viagem não deixam de reproduzir “as experiências de embates, resistências e colaborações” (GEBARA, 2010) que o



caracterizam. A investigação apurada da narrativa torna possível vislumbrar as diversas formas de interação que se deram no contexto do contato colonial:

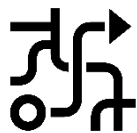
O objeto da análise passa a notar o negativo da foto, ou seja, o destaque a recolher é a perspectiva das contendidas enfrentadas pela figura do explorador, dos habitantes que o observam, dos atores locais que chamaram a atenção a ponto de entrarem para a narrativa (LIMA, 2013, p. 10).

Assim, mesmo a partir de informações fragmentárias, julgamos ser possível entrever traços das interações entre os viajantes e os diversos sujeitos africanos com os quais cruzaram durante a viagem. Os momentos de conflitos e tensões constituem matéria fundamental para a análise, uma vez que trazem à tona interesses, normas e valores que se confrontam. Contudo, se as situações de embates podem revelar de modo mais evidenciado a dinâmica das relações entre africanos e europeus, as situações de colaboração e negociação também são importantes, pois tornam possível apreender os espaços de agências e os papéis desempenhados por africanos no andamento das viagens.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os relatos de viagem são, ainda hoje, fontes de significância incontornável para a historiografia do largo período entre os séculos XV e XIX. Se, a princípio, sua mobilização acrítica acarretou a reprodução de distorções e estereótipos, as contribuições recentes têm possibilitado não só questionar a objetividade dos testemunhos de viajantes, mas também de mobilizá-los a fim de compreender os papéis de outros sujeitos, para além dos próprios autores.

Dentre estas contribuições, as pesquisas em História da África, destacadamente aquelas produzidas no Brasil, desenvolveram um aparato teórico-metodológico robusto a respeito dos relatos de viagem. Distanciando-se daqueles que consideraram os relatos de viagem como expressão pura da subjetividade europeia, como também daqueles que os trataram como reflexo do real, estes estudos ressaltaram a relevância destas fontes para aprofundar o entendimento da dinâmica das relações entre africanos e europeus, evidenciando as agências, as negociações e as tensões que as caracterizaram, bem como os papéis desempenhados por africanos diante da expansão imperialista europeia.



Desta forma, reafirmamos que ainda que estas fontes estejam permeadas por categorias eurocêntricas e ainda que seus autores estivessem profundamente comprometidos com a expansão imperialista, da qual eram agentes, os relatos europeus de viagem constituem fontes importantes ao historiador, desde que submetidos a um tratamento teórico-metodológico crítico, que considere suas especificidades, suas limitações e suas possibilidades, levando em conta a situação de contato que lhes deu origem.

## REFERÊNCIAS

BERTRAND, Romain. Historia global, historias conectadas: ¿un giro historiográfico?. *Prohistoria*, v.18, n.24, p. 3-20, dez. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5460312>. Acesso em: 21/10/2021.

\_\_\_\_\_. *La historia en partes iguales: relatos de un encuentro de Oriente y Occidente (siglos XVI y XVII)*. Paris, Seuil, 2014.

CHOUIN, Gérard. Vu, dit ou déduit? : l'étude des relations de Voyage em Guinée. *Journal des africanistes*, v.75, n.2, n.p., 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/africanistes/124?lang=en>. Acesso em: 15/10/2021.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. *Aedos*, v. 1, p. 11-21, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9809>. Acesso em: 02/10/2021.

FABIAN, Johannes. *Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa*. Los Angeles: University of California Press, 2000.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: USP; Humanitas, 2011. v.2. p. 62-86. Disponível em: <https://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/CSP2.pdf>. Acesso em: 24/09/2021.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A África de Richard Francis Burton: Antropologia, política e livre comércio, 1861-1865*. São Paulo: Alameda, 2010.

\_\_\_\_\_. Agências e interações entre africanos e europeus nas expedições britânicas ao rio Níger (1825-1854): os casos de William “Abubakr” Pasco e “Alihéli”. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 204-228, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dxgcgPzSvW9G367rfz9npck/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09/09/2021.





HEINTZE, Beatrix. Hidden transfers: luso-africans as european explorers' experts in nineteenth-century West-Central Africa. In: LANDAU, Paul Stuart. *The power of doubt: essays in honor of David Henige*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin-Madison, 2011. p. 19-40.

\_\_\_\_\_. *Pioneiros Africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (1850-1890)*. Luanda: Nzila, 2004.

\_\_\_\_\_. Representações visuais como fontes históricas e etnográficas sobre Angola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, 2. Lisboa, 2000. Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 187-236.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

LIMA, Heloisa Pires. Na curva das águas: a África de Serpa Pinto entre a Antropologia e a História. *Revista Crioula*, v. 13, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/64730>. Acesso em: 06/10/2021.

PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PRATT, Mary Louise. Entrevista com Mary Louise Pratt. [Entrevista concedida a] Bianca Soares e Orlando Costa. *Habitus*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 1-7, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11269>. Acesso em: 28/09/2021.

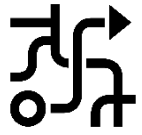
\_\_\_\_\_. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios na África centro-ocidental na década de 1840. *Afro-Ásia*, v. 43, p. 10-52, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21220>. Acesso em: 03/10/2021.



Recebido em 30/10/2021

Aprovado em 28/10/2024